



Revisa Goiás

3ª Série

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

4º BIMESTRE | 2025
ESTUDANTE



SEDUC
Secretaria de Estado
da Educação

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

GEOGRAFIA

Prezados(as) estudantes da 3ª Série,

No bimestre anterior, investigamos a importância das leis, dos órgãos de fiscalização e dos grandes acordos internacionais que buscam proteger o meio ambiente. Entendemos como funcionam as conferências climáticas e qual o papel do Brasil nesse cenário, especialmente com a COP30 que acontecerá em Belém.

Neste bimestre, vamos aprofundar essa discussão e investigar as raízes dos problemas ambientais. Analisaremos como os diferentes modelos de produção e consumo — do agronegócio em larga escala até práticas sustentáveis como a agroecologia — afetam a natureza. Vamos comparar dados para entender por que alguns países poluem e consomem muito mais recursos que outros e discutir de quem é a responsabilidade na busca por soluções. Nosso objetivo é que vocês compreendam a complexa relação entre economia, sociedade e meio ambiente, para que possam se posicionar de forma crítica e consciente sobre os caminhos para um futuro mais sustentável.

Texto I

Modelos socioeconômicos e o uso dos recursos naturais

Ao longo da história, diferentes modelos socioeconômicos foram criados para organizar a produção de bens e serviços, moldando tanto o uso dos recursos naturais quanto a distribuição de riqueza. Em muitos casos, a ênfase em lucro e expansão impulsiona um aproveitamento intensivo desses recursos, frequentemente às custas da integridade ecológica.

Em contraste, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU.

O agronegócio intensivo é um dos modelos predominantes na atualidade, focando em alta produtividade em larga escala por meio do uso de monoculturas, maquinário pesado e insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos. Embora esse modelo gere grandes volumes de alimentos e commodities, ele está associado a impactos ambientais significativos, como desmatamento, perda de biodiversidade e poluição de solos e rios. O foco no lucro a curto prazo pode comprometer a capacidade de regeneração do planeta, entrando em conflito com os princípios da sustentabilidade.

Em contrapartida, abordagens como a agroecologia e os sistemas agroflorestais (SAFs) visam integrar a produção humana ao funcionamento dos ecossistemas naturais. Praticados por comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares, esses modelos valorizam a diversidade de espécies, a saúde do solo e a proteção dos

recursos hídricos. Segundo a Embrapa, os SAFs “podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas”. Ao imitar processos naturais, esses sistemas promovem modelos produtivos mais resilientes, que favorecem a segurança alimentar e geram renda de forma equilibrada, sem esgotar o capital natural.

Esse funcionamento se ancora na sucessão ecológica, que corresponde à substituição gradual de espécies em um ecossistema até alcançar um estado de equilíbrio relativo, ou seja, uma comunidade relativamente estável, porém dinâmica.

Quando a degradação ambiental é severa, a regeneração natural é mais lenta, mas os SAFs aceleram esse processo ao integrar diversas espécies, promovendo a recuperação mais rápida do ambiente.

Eles permitem:

- regeneração natural de áreas degradadas;
- chegada de novas espécies e formação de ecossistemas mais complexos e estáveis;
- manutenção da fertilidade do solo e equilíbrio ecológico;
- fortalecimento da cultura local e da segurança alimentar;
- diversificação da produção adaptada às condições ambientais.



Vale a pena saber!!!

A agrobiodiversidade é a parte da biodiversidade associada aos sistemas agrícolas, incluindo a diversidade de plantas cultivadas e silvestres úteis, animais, microrganismos e os ecossistemas que sustentam a produção. Essa diversidade não é fruto do acaso, mas resultado de milênios de interação entre pessoas e natureza, moldada pela domesticação, pela seleção (natural e artificial), pelo manejo tradicional e pela agricultura. A importância da agrobiodiversidade vai muito além da produção de alimentos, estendendo-se por áreas essenciais para a vida humana. Ela engloba plantas e outros organismos utilizados para:

- Alimentação: culturas básicas como trigo, arroz, milho, feijão, mandioca e frutas como maçã e laranja.
- Saúde e bem-estar: plantas medicinais para prevenção e tratamento, como camomila, boldo e guaco.
- Indústria e vestuário: fibras para a confecção de tecidos, como algodão, linho e sisal.
- Estética e perfumaria: plantas ornamentais, como rosas e orquídeas, e espécies usadas para extrair óleos e perfumes, como copaíba, lavanda e pau-rosa.

Em resumo, a agrobiodiversidade é um legado vivo da interação humana com o meio ambiente, sendo crucial para a segurança alimentar, a saúde, a resiliência climática e a economia. Assim como os sistemas agroflorestais, ela mostra que é possível conciliar produção, conservação e cultura, fortalecendo a sustentabilidade socioambiental.

Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1044602/agrobiodiversidade>. Acesso em: 17 set. 2025. Adaptado.

Comparação entre modelos econômicos

Modelo Econômico	Produção de alimentos	Biodiversidade	Poluição do solo e da água
Agronegócio intensivo	Alta	Baixa	Alta
Sistemas agroflorestais	Variada	Alta	Baixa a moderada

Risco ambiental	Tempo de recuperação ecológica	Dependência de insumos externos
Elevado	Longo	Alta (agrotóxicos, fertilizantes)
Menor	Acelerado (curto a médio)	Menor (aproveita recursos locais)

Além de compreender os conceitos de sustentabilidade, é essencial identificar como cada modelo socioeconômico molda os territórios e impacta diretamente o meio ambiente e a sociedade. O agronegócio intensivo, por exemplo, está fortemente vinculado à lógica de mercado global e à busca por competitividade, enquanto os sistemas agroflorestais se apoiam em práticas tradicionais e no conhecimento local para equilibrar produção e conservação. Essa diferença evidencia que a forma como a sociedade organiza a produção influencia não apenas a economia, mas também a preservação da biodiversidade, a qualidade de vida das populações e a capacidade de regeneração dos ecossistemas.

Fonte: Equipe NURED.

Referências:

EMBRAPA – Sistemas Agroflorestais (SAFs). Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs>. Acesso em: 17 set. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Acesso em: 17 set. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (MMA). Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br>. Acesso em: 17 set. 2025.

CINE
PIPOCA



SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. O Veneno Está na Mesa (2011) – Classificação: Livre.

SINOPSE

Classificação: Livre.

Dirigido por Silvio Tendler, o documentário investiga o uso intensivo de agrotóxicos na agricultura brasileira e seus efeitos sobre o meio ambiente, a saúde dos trabalhadores rurais e o consumo de alimentos pela população. A obra apresenta entrevistas com especialistas, agricultores e representantes de movimentos sociais, revelando os impactos sociais e ambientais do modelo agrícola baseado em monoculturas e produtos químicos. O filme propõe reflexões sobre alternativas sustentáveis, como a agroecologia e os sistemas agroflorestais, mostrando que é possível produzir alimentos de forma mais saudável e em harmonia com a natureza.



ATIVIDADES

1. (ENEM 2024)

Sistemas agroflorestais (SAFs)

Os sistemas agroflorestais alinham os interesses econômicos aos ecológicos. Esses sistemas podem ser usados na recuperação ambiental de áreas degradadas que se tornaram pouco produtivas, como as utilizadas por muito tempo para pastagem. Para isso, num primeiro momento, as árvores nativas são plantadas em conjunto com culturas agrícolas anuais, como feijão, mandioca, milho e abóbora, que geram renda para os proprietários da terra e incentivam a manutenção do sistema. Em um segundo momento, são introduzidas outras espécies, como trepadeiras e arbustos, de acordo com um arranjo espacial e temporal preestabelecido. Nesse processo, ocorrerão mudanças graduais na estrutura e composição das comunidades vegetais ao longo do tempo, que culminarão no aumento da diversidade do ambiente.

Disponível em: www.embrapa.br. Acesso em: 9 dez. 2021 (adaptado)

O conjunto dessas mudanças graduais é análogo ao processo natural denominado

- (A) rotação de culturas.
- (B) sucessão ecológica.
- (C) coevolução específica.
- (D) adaptação por seleção.
- (E) convergência adaptativa.

2. Com base nas informações do Texto I e da Tabela, compare o modelo do "agronegócio intensivo" com o dos "sistemas agroflorestais" em relação aos seguintes aspectos: biodiversidade, risco ambiental e tempo de recuperação ecológica.

3. O Texto I afirma que comunidades tradicionais e agricultores familiares adotam práticas como os sistemas agroflorestais (SAFs). Explique como esses sistemas conseguem integrar a produção de alimentos com a preservação da natureza, citando dois benefícios mencionados no texto.

4. Explique como diferentes modelos socioeconômicos influenciam o uso dos recursos naturais e compare os impactos do agronegócio intensivo com as práticas de comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares.

Texto II

Sistemas Agroflorestais como Alternativa Eficaz

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) representam uma forma de uso e manejo do solo que integra intencionalmente árvores, cultivos agrícolas e/ou animais em uma mesma área, de maneira simultânea ou em sequência. Esta prática surge como uma alternativa sustentável, especialmente para agricultores familiares na Amazônia, pois diversifica a produção e a renda, promove a segurança alimentar e valoriza o trabalho local.

O principal objetivo dos SAFs é criar sistemas produtivos mais sustentáveis ecologicamente, diminuindo a dependência de insumos externos, como fertilizantes químicos e agrotóxicos. Ao combinar plantas de ciclos curto, médio e longo, os SAFs reduzem os riscos de mercado para o agricultor, que passa a ter uma maior variedade de produtos para comercializar.

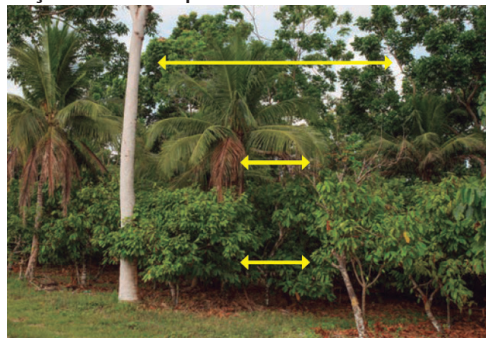
Vantagens e Benefícios Socioambientais

A adoção dos SAFs proporciona inúmeros benefícios para o meio ambiente e para o produtor rural. Entre as principais vantagens, destacam-se:

- **Melhora e Proteção do Solo:** A queda de folhas e galhos devolve nutrientes ao solo, aumentando a matéria orgânica e melhorando sua capacidade de reter água, além de protegê-lo contra a erosão.
- **Uso Eficiente de Recursos:** O sistema aproveita melhor a energia solar através das diferentes camadas (estratos) de vegetação e contribui para a regulação do ciclo da água.

A seguir, veja um exemplo de como os componentes de um SAF podem ser organizados em três estratos, otimizando o espaço e a utilização de recursos:

Combinações de componentes de SAFs em 3 estratos



Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacaucultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

- **Resiliência e Equilíbrio Ecológico:** Os SAFs são mais resistentes a variações climáticas e reduzem a ocorrência de pragas e doenças, o que diminui a necessidade de insu-
mos químicos e os custos de produção.

- **Geração de Renda Diversificada:** A combinação de cultivos agrícolas de ciclo curto com espécies arbóreas de retorno a longo prazo permite a geração de receitas em diferentes momentos, conciliando a produção de alimentos com a produção florestal.

Classificação e Estrutura dos SAFs

Os Sistemas Agroflorestais podem ser classificados de diversas formas, sendo a mais comum baseada em sua estrutura e nos componentes utilizados:

- **Sistemas Silviagrícolas:** Combinam espécies florestais (madeireiras ou não) com cultivos agrícolas, como açaí, cacau, cupuaçu, milho e feijão.

SAFs com cacau



Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacaucultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

- **Sistemas Silvopastoris:** Integram árvores, arbustos ou palmeiras com pastagens e animais.

Arborização em linhas simples



Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacaucultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

- **Sistemas Agrossilvipastoris:** Unem os três componentes: agrícola, florestal e pecuário.

Sistema agrossilvipastoril na forma de quintais agrossilvipastoris



Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacaucultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

A implementação de um SAF requer um planejamento cuidadoso, que envolve desde a definição dos objetivos (comerciais, segurança alimentar ou serviços ambientais) até a escolha das espécies mais adequadas para as condições de solo, clima e mercado da região. O sucesso do sistema está diretamente ligado à correta combinação dos seus componentes e ao manejo adequado, que inclui podas e desbastes para controlar a entrada de luz e favorecer os cultivos.

Dessa forma, os Sistemas Agroflorestais se consolidam como uma prática agroecológica eficaz, capaz de contextualizar o uso dos recursos naturais de forma produtiva e sustentável, promovendo a recuperação de áreas degradadas e fortalecendo a resiliência dos ecossistemas e das comunidades locais.

Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/informe-ao-cacaucultor/manejo/cartilhas-senar/199-sistemas-agroflorestais.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025. Adaptado.



ATIVIDADES

5. (ENEM 2016) Os ecossistemas degradados por intensa atividade agrícola apresentam geralmente, diminuição de sua estabilidade. Nesse contexto, o uso integrado de árvores aos sistemas agrícolas (sistemas agroflorestais) pode cumprir um papel inovador ao buscar a aceleração do processo sucessional e, ao mesmo tempo, uma produção escalonada e diversificada.

Disponível em: saf.cnpqg.embrapa.br. Acesso em 21 jan. 2012 (adaptado).

Essa é uma estratégia de conciliação entre recuperação ambiental e produção agrícola, pois

- (A) substitui gradativamente as espécies cultiváveis por espécies arbóreas.
- (B) intensifica a fertilização do solo com o uso de técnicas apropriadas e biocidas.
- (C) promove maior diversidade de vida no solo como aumento da matéria orgânica.
- (D) favorece a dispersão das sementes cultivadas pela fauna residente nas áreas florestais.
- (E) cria condições para o estabelecimento de espécies pioneiras com a diminuição da insolação sobre o solo.

6. (ENEM-2023) No sul da Bahia, desde o século XVIII, tem-se registros de um tipo de sistema agroflorestal. Até hoje, esse sistema é característica marcante da paisagem da região, conhecido como cabruca, que consiste no cultivo do cacau à sombra do dossel da floresta nativa. Esse sistema de cultivo do cacau (graças à tolerância da espécie à sombra) é considerado amigável para a vida silvestre, pois apresenta superioridade em termos de conservação da biodiversidade quando comparado com outras plantações tropicais (monoculturas de dendê, seringa ou café), agricultura ou pastagens.

SOLLBERG, I.; SCHIAVETTI, A. MORAES M. E. B. Manejo agrícola no Refúgio de Vida Silvestre de Una: agroflorestas como uma perspectiva de conservação. Revista Árvore. n. 2, 2014 (adaptado)

A prática produtiva apresentada é um exemplo de:

- (A) difusão comercial de lavouras temporárias.
- (B) utilização sustentável dos recursos naturais.
- (C) ampliação tecnológica da pecuária intensiva.
- (D) padronização alimentar dos povos tradicionais.
- (E) modernização logística de plantios convencionais.

7. O Texto II afirma que os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são uma alternativa sustentável que beneficia as comunidades. Com base na seção "Vantagens e Benefícios Socioambientais", explique como os SAFs fortalecem os produtores em duas dimensões distintas: segurança alimentar e geração de renda.

8. O texto menciona diferentes classificações para os SAFs, como os sistemas "Silvipastoris". Explique, com base no Texto II, o que é um sistema silvipastoril e como ele integra a produção agropecuária com a conservação ambiental.



Colaboração

Prof.º Marcos Bonifácio
Colégio Estadual Estrela do Sul

Texto III

A Conexão entre SAFs e os ODS

Os sistemas agroflorestais (SAFs) oferecem uma série de benefícios integrados, representando uma abordagem de produção sustentável que vai além da escala local. Essa prática se alinha perfeitamente às metas globais da Agenda 2030, um plano de ação da ONU para um futuro mais justo e equilibrado.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o coração dessa agenda. Ao analisar a proposta dos SAFs, percebemos como eles contribuem diretamente para várias dessas metas essenciais:

ODS 1: Erradicação da Pobreza

Os SAFs fortalecem a autonomia de agricultores familiares e comunidades tradicionais, garantindo acesso e controle sobre a terra e gerando renda diversificada, o que é fundamental para a superação da vulnerabilidade econômica.

ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável

Ao diversificar a produção (frutas, grãos, madeira) e

aumentar a resiliência às mudanças climáticas, os SAFs são um caminho direto para a segurança alimentar. Eles promovem uma agricultura que produz de forma equilibrada, conservando os ecossistemas para as futuras gerações.

ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Os SAFs geram um crescimento econômico que não depende da degradação ambiental. Eles criam oportunidades de trabalho decente no campo, agregam valor a produtos da biodiversidade e fortalecem as economias locais de forma sustentável.

ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis

Esses sistemas são a própria materialização da produção responsável. Eles utilizam os recursos naturais (solo, água, biodiversidade) de maneira eficiente, reduzem a necessidade de insumos externos e promovem a regeneração ambiental, fechando ciclos produtivos de forma inteligente.



Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 11 set. 2025. Adaptado.



ATIVIDADES

9. O texto III apresenta os SAFs como uma abordagem que integra benefícios econômicos e ambientais. De que forma essa prática contribui simultaneamente para o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e para o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)?

10. O texto III afirma que os Sistemas Agroflorestais (SAFs) se alinham às metas globais da Agenda 2030. Escolha um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mencionados (ODS 1, 2, 8 ou 12) e explique, com base nas informações do texto, de que maneira a prática dos SAFs contribui para alcançá-lo.

11. Com base no texto, explique como os SAFs são uma solução integrada, mostrando de que maneira a busca pela segurança alimentar (ODS 2) está diretamente ligada à geração de renda sustentável (ODS 8) nessa mesma prática.



Vale a pena saber!!!

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como parte da Agenda 2030. Esses objetivos representam um conjunto de metas globais a serem alcançadas até 2030, abordando questões sociais, ambientais e econômicas em um esforço para promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável para todos os países.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Disponível em: <https://stagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em: 17 set. 2025. Adaptado.

No contexto brasileiro, os ODS são importantes por três razões centrais:

Reduzir desigualdades sociais → ODS 1 (Erradicação da pobreza) e ODS 4 (Educação de qualidade) são fundamentais para um país com forte concentração de renda.

Proteger o meio ambiente → ODS 13 (Combate às mudanças climáticas), ODS 14 (Vida na água) e ODS 15 (Vida terrestre) são essenciais para conservar biomas como a Amazônia e o Cerrado.

Promover desenvolvimento inclusivo → ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) incentivam modernização econômica sem abandonar a inclusão social.

Cumprir os ODS significa melhorar a qualidade de vida, fortalecer políticas públicas e tornar o Brasil referência em desenvolvimento sustentável.



ATIVIDADES

12. Com base no texto "Vale a pena saber" e na imagem dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), responda:

Os ODS, mencionados no texto e representados na imagem, foram estabelecidos em um documento internacional com metas até 2030. Esse documento é conhecido como:

- (A) Agenda 21, resultado da Conferência ECO-92.
- (B) Nosso Futuro Comum, também chamado Relatório Brundtland.
- (C) Protocolo de Kyoto.
- (D) Carta da Terra.
- (E) Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).



Colaboração

Prof.º Marcos Bonifácio
Colégio Estadual Estrela do Sul

Texto IV

Agroecologia no interior de Goiás (Niquelândia)

Sítio em Niquelândia (GO) adota agroecologia para produzir de forma sustentável, integrando diversidade de cultivos, preservação ambiental e bem-estar social, com foco na cooperação e no lucro a longo prazo.



Disponível em: <https://abre.ai/nAEz>. Acesso em: 15 set. 2025.

Em Niquelândia (GO), o sítio Bagagem, de Manoel Alves Gomes Junior, é um exemplo de agroecologia, modelo de produção que integra economia, meio ambiente e sociedade. A propriedade, com 140 hectares, sendo 10 dedicados a uma agrofloresta, foca na biodiversidade e no respeito à natureza. "Aqui, nada se perde. Toda a palhada serve para cobrir o solo e conservá-lo", explica Manoel.

O sítio cultiva uma variedade de frutas, como acerola, amora e goiaba, com a banana produzindo o ano inteiro. Para processar a produção, há uma mini indústria que transforma as frutas em polpas, que são comercializadas pela cooperativa local. "Sem a cooperativa, não conseguiríamos escoar nossos produtos de maneira eficiente", contou Alves.

A diversificação das atividades no sítio vai além dos cultivos. Além das frutas, há criação de galinhas, gado leiteiro e peixes, todos integrados ao ecossistema. O trabalho com abelhas também é essencial, pois elas ajudam na polinização das plantas, garantindo uma produção mais robusta.

A preservação ambiental é outro pilar do projeto. O sítio mantém uma rica vegetação nativa, e as sementes para reflorestamento vêm dessa área. Recentemente, a propriedade se uniu a uma empresa de mineração para recuperar áreas degradadas após incêndios. "As mudas vendidas para reflorestamento são originárias da nossa mata nativa", destaca Manoel.

Segundo o proprietário, o sítio também acolhe animais silvestres resgatados, como araras e tamanduás. Eles não só estão livres na natureza, mas ajudam no controle de pragas e na dispersão de sementes. "Esses animais são fundamentais para o equilíbrio do ecossistema", afirma.

Apesar de todos os benefícios ambientais e sociais, o lucro chegou lentamente. "Demorei cinco anos para ter lucro, mas agora a produção está crescendo", revela Manoel, mostrando que o modelo agroecológico, embora

mais demorado, traz resultados sustentáveis e positivos para o futuro do campo.

Práticas sustentáveis em Goiás, como a agroecologia, mostram que soluções locais podem gerar impactos positivos no meio ambiente e no bem-estar social. No entanto, a gestão de recursos naturais também envolve desigualdades globais e disputas políticas e econômicas, influenciando acordos internacionais e a distribuição de riqueza.

Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/sp/eptv/epagro/noticia/agroecologia-no-interior-de-goias-sustentabilidade-e-diversificacao-no-campo.ghtml>. Acesso em: 15/09/2025.



ATIVIDADES

13. O Texto IV descreve o Sítio Bagagem como um "modelo de produção que integra economia, meio ambiente e sociedade". Cite duas atividades diversificadas praticadas no sítio (além do cultivo de frutas) e explique como elas se integram para criar um ecossistema sustentável.

14. O proprietário do Sítio Bagagem, Manoel Alves, afirma que "demorou cinco anos para ter lucro". Com base no texto, explique por que o modelo agroecológico pode ter um retorno financeiro mais lento, mas ainda assim ser considerado um modelo com "resultados sustentáveis e positivos para o futuro".

CINE
PIPOCA



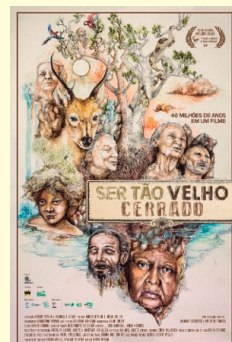
SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Sertão Velho Cerrado (2018)

SINOPSE

Classificação: Livre.

Os moradores da Chapada dos Veadeiros, preocupados com o fim do Cerrado em Goiás, procuram novas formas de desenvolver a região sem agredir o meio ambiente em que vivem. O desafio, agora, é conciliar os interesses relacionados ao manejo da Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto. Para isso, a comunidade científica, grandes proprietários de terra e defensores do meio ambiente iniciam um diálogo delicado, mas necessário.



Texto V

Desigualdades ambientais globais e impactos dos modelos de desenvolvimento

Os países do Norte Global, de industrialização pioneira, apresentam altos índices de consumo energético e ex-

ploração de recursos naturais, o que historicamente gerou grandes emissões de gases de efeito estufa e degradação ambiental. De acordo com dados do **The Global Economy (2023)**, os Estados Unidos emitiram cerca de 14 toneladas de CO_2 per capita por ano, enquanto a China está próxima de 9,4 toneladas per capita. Por outro lado, muitas nações do Sul Global, especialmente os países de baixa renda do continente africano, têm emissões per capita muito abaixo de 1 tonelada; por exemplo, Burundi emitiu cerca de 0,04 tCO_2 per capita, e Etiópia e Mali aproximadamente 0,10 tCO_2 per capita. Já muitas nações do Sul Global, embora contribuam menos historicamente para as emissões, enfrentam a pressão de expandir suas economias, muitas vezes com modelos de produção intensivos. Apesar disso, diversas dessas nações já implementam soluções inovadoras, como o investimento em energias renováveis e políticas de agricultura sustentável.

Essa diferença cria um dilema: as nações de renda alta possuem mais tecnologia e recursos para investir em energias limpas e mitigação ambiental, enquanto os países de renda baixa necessitam de apoio financeiro, tecnológico e institucional para implementar práticas sustentáveis. O Acordo de Paris (2015) reforça a necessidade de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, exigindo que nações historicamente mais poluidoras reduzam suas emissões e auxiliem países mais vulneráveis.

Políticas globais e justiça climática também envolvem instituições internacionais como a ONU, o PNUMA e mecanismos financeiros como o Fundo Verde para o Clima. A Agenda 2030, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), orienta esses compromissos, provendo marcos para a ação. Segundo o **PNUMA (2019)**, países como a Costa Rica (que reverteu o desmatamento e aposta em energias renováveis) e Ruanda (com sua proibição de plásticos e programas de conservação) demonstram que o avanço em políticas de uso sustentável é viável apesar das limitações econômicas.

No entanto, a análise dos diferentes modelos de desenvolvimento mostra que as desigualdades ambientais não se limitam apenas às emissões de gases de efeito estufa, mas também ao acesso desigual a recursos como água potável, saneamento básico e tecnologias limpas. Essas disparidades reforçam a urgência de mecanismos e de cooperação internacional que não apenas reduzam as emissões globais, mas que também promovam justiça ambiental, garantindo condições mínimas de dignidade e sustentabilidade para as populações mais afetadas.

Fonte: Equipe NUREDÍ.

Referências:

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA (IEA). Disponível em: <https://www.iea.org/>. Acesso em: 17 set. 2025.

BANCO MUNDIAL. Climate Change Data. Disponível em: <https://data.worldbank.org/topic/climate-change>. Acesso em: 17 set. 2025.

EMISSIONS DATABASE FOR GLOBAL ATMOSPHERIC RESEARCH (EDGAR). GHG emissions of all world countries: 2024 report. Disponível em: https://edgar.jrc.ec.europa.eu/report_2024. Acesso em: 17 set. 2025.

NOTÍCIAS DA ONU. Disponível em: <https://news.un.org/pt/>. Acesso em: 17 set. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br>. Acesso em: 17 set. 2025.

THE GLOBAL ECONOMY. Disponível em: <https://www.theglobaleconomy.com/>. Acesso em: 17 set. 2025.



Vale a pena saber!!!

Costa Rica: Pequeno País, Grande Exemplo de Sustentabilidade

A Costa Rica aboliu seu exército em 1948, optando por investir os recursos públicos em educação, saúde e bem-estar social. O país gera quase 100% de sua eletricidade a partir de fontes renováveis: hidroelétricas, geotérmicas, eólicas e outras; reduzindo muito sua dependência de combustíveis fósseis. O país também possui altíssimos índices de alfabetização, expectativa de vida e participação universitária, o que contribui para uma sociedade civil forte e economia mais justa. A conservação ambiental é prioridade: embora ocupe apenas cerca de 0,03% da superfície terrestre do planeta, abriga mais de 5% das espécies animais e vegetais conhecidas no mundo.

Disponível em: <https://esginsights.com.br/por-que-a-costa-rica-se-tornou-modelo-de-economia-sustentavel-na-america-latina/>. Acesso em: 17 set. 2025. Adaptado.

CINE PIPOCA



SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. A Inundação (Before the Flood, 2016)

SINOPSE

Classificação: 10 anos.

Produzido e apresentado por Leonardo DiCaprio, o documentário percorre diversos países para revelar os impactos das mudanças climáticas em ecossistemas, comunidades e economias. A obra destaca a elevação do nível do mar, o derretimento das geleiras e o aumento de eventos climáticos extremos, além de analisar as responsabilidades históricas das nações desenvolvidas e os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento. O filme apresenta entrevistas com cientistas, líderes mundiais e ativistas, enfatizando soluções como energias renováveis, redução do consumo de combustíveis fósseis e acordos internacionais — inspirando ações globais para conter a crise climática.





ATIVIDADES

15. A partir do Texto V, explique como o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” busca equilibrar as obrigações entre as nações de renda alta e os países mais vulneráveis no combate às mudanças climáticas.

16. O Texto V apresenta dados de emissão de CO_2 per capita de diferentes países, como Estados Unidos (cerca de

14 toneladas) e Burundi (cerca de 0,04 toneladas). Utilizando esses dados, explique por que a responsabilidade histórica pela degradação ambiental recai principalmente sobre os países do Norte Global.

17. Apesar de contribuírem menos para as emissões históricas, as nações do Sul Global enfrentam um dilema, segundo o Texto V. Explique qual é esse dilema e, com base nos exemplos de Costa Rica e Ruanda, argumente se é possível para esses países avançar em políticas sustentáveis.

Texto VI

Dados comparativos de emissões e consumo energético

País / Bloco	PIB (US\$ trilhões)	PIB per capita (US\$ mil)	Emissões totais de CO_2 (Mt)	Emissões per capita (tCO_2 /hab)	Consumo de energia primária per capita (kWh/ano)
Estados Unidos	26,8	79,6	4.700	13,9	77.000
União Europeia	18,3	40,9	3.000	6,7	33.000
China	17,7	12,6	13.260	9,4	33.000
Índia	3,7	2,6	2.955	2,0	7.000
Brasil	2,3	10,9	480	2,2	16.800
Nigéria	0,5	2,2	128	0,5	3.900

Fonte: Equipe NURED.

A tabela apresenta dados comparativos entre diferentes países e bloco econômico, destacando o Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita, as emissões totais de CO_2 e per capita, e o consumo energético por habitante. Esses indicadores permitem relacionar o desenvolvimento econômico com o uso de energia e a emissão de gases de efeito estufa.

Segundo dados da Agência Internacional de Energia (IEA, 2024), economias de alta renda e com elevado grau de industrialização, como os Estados Unidos e a União Europeia, registram consumo de energia por habitante significativamente superior à média mundial, além de maiores emissões de CO_2 per capita. Por outro lado, países em desenvolvimento, como Índia, Brasil e Nigéria, apresentam consumo energético e emissões per capita bem mais baixos.

Conforme relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2023), essas desigualdades revelam um contraste importante: enquanto países de renda elevada concentram historicamente maior responsabilidade pelas emissões, também possuem mais recursos e tecnologia para investir em mitigação e transição energética. Já países de baixa e média renda, embora emitam menos, enfrentam de maneira desproporcional os efeitos das mudanças climáticas, como secas prolongadas, inundações e desastres naturais.

Esses dados reforçam a importância de considerar tanto as emissões absolutas quanto as emissões per capita ao Analisaresponsabilidades e capacidades de mitigação, além de evidenciar a necessidade de cooperação internacional para uma transição energética justa e sustentável.

Fonte: Equipe NURED.

Referências:

GLOBAL CARBON PROJECT – Global Carbon Budget 2023. Disponível em: <https://www.globalcarbonproject.org/>. Acesso em: 14 set. 2025.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – World Energy Outlook 2023. Disponível em: <https://www.iea.org/>. Acesso em: 14 set. 2025.

JOINT RESEARCH CENTRE – European Commission – EDGAR Emissions Database 2023. Disponível em: <https://edgar.jrc.ec.europa.eu/>. Acesso em: 14 set. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br>. Acesso em: 14 set. 2025.

WORLD BANK – World Development Indicators 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 14 set. 2025.

OUR WORLD IN DATA (OWID) – Primary energy consumption per capita. University of Oxford, 2023. Disponível em: <https://ourworldindata.org/energy>. Acesso em: 14 set. 2025.

CEIC DATA – World Trend Plus – Energy Consumption per Capita. 2023. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/>. Acesso em: 14 set. 2025.

ENERDATA – Global Energy Statistical Yearbook 2023. Disponível em: <https://yearbook.enerdata.net/>. Acesso em: 14 set. 2025.

THE GLOBAL ECONOMY – Indicators by Country (PIB, Energia, Emissões). 2023–2024. Disponível em: <https://www.theglobaleconomy.com/>. Acesso em: 14 set. 2025.



ATIVIDADES

18. Analisando a tabela do Texto VI, compare os dados de emissões e consumo energético entre Estados Unidos, China e Índia. Em sua resposta, explique como esses dados evidenciam desigualdades ambientais globais.

19. O Brasil e a Nigéria apresentam grandes diferenças em seus dados de PIB, emissões de CO_2 e consumo de energia,

conforme a tabela. Descreva essas diferenças e explique o que elas revelam sobre a relação entre desenvolvimento econômico e impacto ambiental.

20. O texto e a tabela sugerem que as nações com alto consumo energético têm tanto uma grande responsabilidade pela crise climática quanto um grande poder de mitigação. Usando os dados dos Estados Unidos e da União Europeia como exemplo, explique o que essa dupla condição significa.

Texto VII

Energia fóssil x energia renovável: desafios globais

As fontes fósseis (petróleo, carvão e gás natural) continuam dominando a matriz energética mundial e são responsáveis pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa. Em 2023, mais de 75% da energia primária global ainda provinha de combustíveis fósseis, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA).

Em contrapartida, as fontes renováveis vêm crescendo em participação. No entanto, elas ainda enfrentam desafios como altos custos iniciais, dependência de matérias-primas estratégicas e a necessidade de armazenamento de energia. Além disso, podem gerar impactos ambientais locais, como desmatamento para hidrelétricas ou perturbação de habitats para parques eólicos. O desafio global é equilibrar essa transição, considerando os impactos locais e as disputas geopolíticas por recursos.

As disputas políticas envolvem o controle de reservas fósseis e minerais críticos, entre os quais se destacam as terras raras. Trata-se de um conjunto de elementos químicos encontrados associados a alguns minerais, abundantes na crosta terrestre em níveis relativamente altos, mas considerados “raros” devido à dificuldade de extração e processamento. Em 2023, a China foi responsável por mais de 69% da produção global desses elementos e detinha cerca de 90% da capacidade mundial de refino, segundo o relatório do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), órgão oficial que monitora a produção mineral global. O domínio dessas cadeias produtivas estratégicas influencia os preços, a independência energética e as políticas de segurança nacional.

Fonte: Equipe NURED.

Referências:

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – World Energy Outlook 2023. Disponível em: <https://www.iea.org/>. Acesso em: 14 set. 2025.

ATLANTIC COUNCIL – Global Energy and Geopolitics. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org>. Acesso em: 14 set. 2025.

MINING TECHNOLOGY – Mining Industry News and Analysis. Disponível em: <https://www.mining-technology.com>. Acesso em: 14 set. 2025.

SERVIÇO GEOLÓGICO DOS ESTADOS UNIDOS (USGS) – Mineral Commodity Summaries 2024. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2024/mcs2024.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

CINE
PIPOCA



SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Sol de Norte a Sul-Greenpeace (2016) Classificação: Livre

SINOPSE

Classificação: Livre.

Sinopse: A obra foi dividida em quatro seções: a primeira mostra quais são os benefícios sociais que a energia solar traz ao Brasil; a segunda é dedicada aos obstáculos que não permitem a ampla disseminação dessa fonte de energia (como o excesso de tributos). A terceira parte mostra histórias de brasileiros que, mesmo com todas as dificuldades, apostam na energia do Sol. Por último, um mapa do mundo é disponibilizado para que os internautas insiram iniciativas ligadas à energia solar.



Vale a pena saber!!!

Cerrado Goiano e Energia Solar: Caminho para um Futuro Sustentável

O Cerrado Goiano possui uma das maiores taxas de irradiação solar do Brasil, com média anual de 5,5 kWh/m²/dia, superior à média nacional. O clima seco, a baixa nebulosidade e as vastas áreas abertas tornam Goiás estratégico para a instalação de usinas solares sem prejudicar o meio ambiente.

A expansão das usinas fotovoltaicas já atrai investimentos, gera empregos diretos e indiretos e fortalece a economia regional. Além de reduzir custos energéticos para residências, empresas e produtores rurais, a energia solar minimiza a dependência de combustíveis fósseis e a emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para preservar o Cerrado e impulsionar um futuro mais sustentável.

Disponível em: <https://solucoes.edp.com.br/blog/potencial-solar-cerrado-goiano/> Acesso em: 14 set. 2025.
Adaptado.



ATIVIDADES

21. Considerando o Texto VII, discorra sobre os principais desafios da transição energética mundial do uso de fontes fósseis para renováveis, destacando aspectos econômicos, tecnológicos e geopolíticos.

22. Com base no Texto VII, explique como a concentração da produção e refino de minerais estratégicos, como as terras raras, e a predominância das fontes fósseis influenciam as relações globais. Em sua resposta, aborde os impactos nos preços internacionais, na segurança energética e nos desafios da transição para energias renováveis.

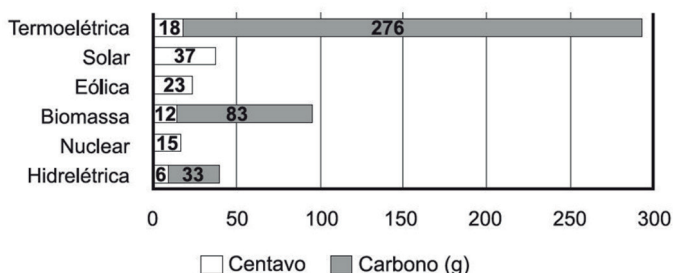
23. (ENEM 2012) – Suponha que você seja um consultor e foi contratado para assessorar a implantação de uma matriz energética em um pequeno país com as seguintes características: região plana, chuvosa e com ventos constantes, dispondo de poucos recursos hídricos e sem reservatórios de combustíveis fósseis.

De acordo com as características desse país, a matriz energética de menor impacto e risco ambientais é a baseada na energia

- (A) dos biocombustíveis, pois tem menor impacto ambiental e maior disponibilidade.
- (B) solar, pelo seu baixo custo e pelas características do país favoráveis à sua implantação.
- (C) nuclear, por ter menor risco ambiental e ser adequada a locais com menor extensão territorial.
- (D) hidráulica, devido ao relevo, à extensão territorial do país e aos recursos naturais disponíveis.
- (E) eólica, pelas características do país e por não gerar gases do efeito estufa nem resíduos de operação.

24. (ENEM 2020) – O uso de equipamentos elétricos custa dinheiro e libera carbono na atmosfera. Entretanto, diferentes usinas de energia apresentam custos econômicos e ambientais distintos. O gráfico mostra o custo, em centavo de real, e a quantidade de carbono liberado, dependendo da fonte utilizada para converter energia. Considera-se apenas o custo da energia produzida depois de instalada a infraestrutura necessária para sua produção.

Quanto custa?



Em relação aos custos associados às fontes energéticas apresentadas, a energia obtida a partir do vento é

- (A) mais cara que a energia nuclear e emite maior quantidade de carbono.
- (B) a segunda fonte mais cara e é livre de emissões de carbono.
- (C) mais cara que a energia solar e ambas são livres de emissões de carbono.
- (D) mais barata que as demais e emite grandes quantidades de carbono.
- (E) a fonte que gera energia mais barata e livre de emissões de carbono.

25. (UEMG-2025 - Adaptada) O Brasil possui uma vasta riqueza de recursos minerais e energéticos, desempenhando um papel estratégico na economia global. Esses recursos são amplamente explorados em diferentes regiões do país, variando em importância econômica e impacto ambiental.

Com base nos conhecimentos sobre recursos minerais e energéticos no Brasil, assinale a alternativa verdadeira.

- (A) A produção de petróleo, no Brasil, está concentrada, exclusivamente, na Região Norte, especialmente na Área do Pré-sal.
- (B) O minério de ferro, amplamente explorado em Minas Gerais, é uma das principais commodities brasileiras, sendo exportado em grande escala para atender à demanda da China e de outros países.
- (C) A exploração de energia hidrelétrica, no Brasil, ocorre majoritariamente em áreas urbanas, devido à proximidade com os grandes centros de consumo.
- (D) A mineração no Brasil é totalmente sustentável, apresentando baixos impactos ambientais, devido à ampla aplicação de tecnologias limpas.
- (E) O Brasil é um grande produtor de carvão mineral de alta qualidade, superando a demanda interna e exportando o excedente para outros países.

ANOTAÇÕES

FILOSOFIA - HISTÓRIA - SOCIOLOGIA

Prezados(a) estudantes,

Ao longo deste ano, percorremos um caminho significativo no processo de aprendizagem, com a missão de construir conhecimentos que os preparem melhor para o Ensino Médio. Nos materiais anteriores, refletimos sobre as transformações ocorridas a partir da República brasileira, avaliando como acontecimentos no cenário mundial moldaram a estrutura política, econômica e social da sociedade brasileira. Abordamos também as desigualdades sociais no Brasil, analisando suas origens históricas e impactos na vida de diferentes grupos sociais, o que lhes possibilita a compreensão dos desafios para a consolidação da cidadania e da justiça social no país.

Por fim, discutiremos o colonialismo e as questões ambientais, investigando como a exploração de recursos naturais e a lógica colonial moldaram estruturas de poder e desigualdade que ainda hoje afetam populações vulnerabilizadas e o meio ambiente.

Para enriquecer ainda mais a compreensão desse material, destacamos a importância de revisar conteúdos dos bimestres anteriores. Essa revisão lhes permitirá interpretar e relacionar acontecimentos históricos com problemáticas contemporâneas, desenvolvendo uma análise crítica sobre a sociedade e seus processos de transformação.

Leia o texto.

Texto I

Direitos fundamentais e humanos marcam o texto constitucional de 1988

No Brasil, o período militar foi conturbado para os direitos humanos. O desrespeito a eles foi determinante para a inclusão das garantias individuais e sociais presentes na Constituição Federal de 1988. O ex-ministro chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) Jorge Hage, que participou da Assembleia Nacional Constituinte, recorda que o momento de elaboração da Carta “foi a de recuperação de direitos, sobretudo.”

Hage diz que não houve, na história do país, momento de maior entrosamento entre o parlamento e a sociedade. Estabeleceu-se uma relação direta importantíssima e inédita. Desconheço outro momento histórico em que isso tenha funcionado igual”, afirmou o ex-ministro-chefe da CGU, que também ressaltou que os direitos humanos e fundamentais inseridos no texto constitucional foram construídos pelo próprio povo, que ocupava o parlamento, junto com os constituintes.



Populares acompanham votação da Constituição Federal no plenário da Câmara, em 1988. Foto: Arquivo/Agência Câmara

Pela Constituição de 1988, o homem se sobrepõe ao Estado. As garantias e os direitos fundamentais do cidadão aparecem logo nos primeiros artigos. No primeiro, por exemplo, são estabelecidos o princípio da cidadania, da dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. Direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos cidadãos estão no texto constitucional. Resguardados pela Carta Magna, os direitos fundamentais colocam o Brasil como um dos países com o mais completo ordenamento jurídico em relação aos direitos humanos.

Além das garantias fundamentais expostas na Constituição, que asseguram direitos aos cidadãos, as prerrogativas também são resguardadas pelos direitos humanos. Ambos possuem a mesma essência e finalidade, que é compor um conjunto de leis inerentes à dignidade da pessoa humana. Juntas, as legislações proporcionam, aos cidadãos, o direito à vida, ao trabalho, à educação e à liberdade de opinião e expressão. Todos, sem distinção, merecem as proteções.

Os direitos humanos são universais e resultam de lutas contra injustiças, sendo garantidos por tratados internacionais. Já os direitos fundamentais são aqueles reconhecidos e assegurados pela Constituição Federal de 1988.

O constitucionalista Cristiano Paixão, professor de Direito da Universidade de Brasília (UnB), explica que os direitos humanos e fundamentais possuem o mesmo status, a mesma hierarquia e a mesma força normativa. “São previstos em documentos internacionais e constituições e protegem o ser humano em diversas áreas”, afirma.

Paixão ressalta ainda que os direitos humanos garantem a democracia no país ao permitir que ideias de igualdade, liberdade, reconhecimento e justiça ganhem concretude. “Sem essa capacidade de garantir direitos de forma recíproca, individual e coletiva, nenhuma sociedade de poder se considerar democrática”.

Fonte: Governo do Brasil, com informações da ONU.

Disponível em: <https://abre.ai/nxKF>. Acesso em: 11 set. 2025.



ATIVIDADES

1. De acordo com o texto, quais os principais valores destacados na Constituição de 1988 e como eles se relacionam com a dignidade da pessoa humana?

2. Qual é a importância dos direitos humanos e fundamentais para a consolidação da democracia em uma sociedade, segundo Cristiano Paixão?

Leia o texto.

Texto II

A Nova República

A Nova República no Brasil, que se inicia a partir de 1985 com o fim do regime militar, marcou o retorno do Brasil à democracia e a busca pela reconstrução das instituições políticas, econômicas e sociais. Cada governo, tinha o grande desafio da consolidação da democracia e a efetivação dos direitos estabelecidos pela Constituição de 1988, visto que o país nos anos anteriores, foi responsável por grandes violações de direitos fundamentais para toda a sociedade. Ao fim da Ditadura militar, o Brasil estava imerso num grande contexto de crise econômica com a hiperinflação, o que afetou diretamente toda a sociedade nos anos que se sucederam.

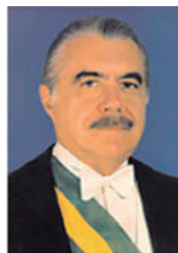
Governo José Sarney

José Sarney foi o primeiro governo civil após anos de ditadura militar, o que vai marcar o início da chamada Nova República. Sarney chega à presidência de maneira indireta após a vitória da chapa de Tancredo e Sarney. Com o falecimento de Tancredo Neves, Sarney assume o mandato num processo de reconstrução democrática do país. Seu governo foi marcado por grande instabilidade política e econômica.

Na política, o maior marco do seu governo foi a promulgação da Constituição de 1988. Já no campo econômico, Sarney enfrentou o grave problema da hiperinflação. Para tentar controlar a crise, foi lançado o Plano Cruzado em 1986, que instituiu uma nova moeda, congelou preços e salários e aumentou a esperança de estabilidade. Inicialmente o plano teve sucesso, mas logo a inflação voltou a subir, o que o obrigou ao governo adotar outros programas, mas que também não foram bem sucedidos.

O final do seu governo foi marcado por extrema impopularidade e grande crise econômica, ao qual o mesmo não conseguiu fazer sucessor nas eleições de 1989.

Presidentes da República de 1985 a 2018.



José Sarney



Fernando Collor



Itamar Franco



Fernando Henrique
Cardoso



Luís Inácio Lula da
Silva



Dilma Rousseff



Michel Temer



Jair Bolsonaro

Disponível em: Acesso em: 15 set. 2025.

Governo Fernando Collor de Mello

Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito por voto direto após anos de ditadura militar. Seu governo teve como prioridade o combate à grave crise econômica que o Brasil enfrentava no início da década de 1990, para isso Collor implementou um conjunto de medidas que ficaram conhecidas como Planos Collor, cujas ações tiveram grande impacto sobre a economia e a vida da população brasileira.

Nesse sentido, as principais medidas do plano foram:

- A troca da moeda brasileira de cruzado-novo para cruzeiro, mas sem corte de zero; os cruzados-novos bloqueados poderiam ser usados por 60 dias para pagamento de impostos, taxas, contribuições e obrigações previdenciárias e, por 180 dias, podiam ser transferidos entre pessoas físicas e jurídicas;
- Confisco da poupança: bloqueio de valores acima de 50 mil cruzeiros por 18 meses;
- Remoção de mecanismos que ajustavam automaticamente os preços à inflação para reduzir a inércia inflacionária;
- Abertura comercial: redução de tarifas de importação;
- Criação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) com pagamento de 8%;
- Privatizações: início do programa de desestatização.

Apesar de todo o discurso de modernização e controle inflacionário, algumas medidas adotadas por Collor, principalmente o confisco da poupança, geraram grande insatisfação popular. Essa insatisfação, acompanhada por denúncias de corrupção contra seu governo, minou ainda mais o seu apoio popular.

Movimento Caras-Pintadas

Manifestantes em frente ao congresso Nacional, em Brasília, setembro de 1992. Foto de Sergio Lima, da Agência Brasil.



Disponível em: <https://abre.ai/nymz>. Acesso em: 12 set. 2025.



Disponível em: <https://abre.ai/nynH>. Acesso em: 12 set. 2025.

Com todo o Escândalo, o governo Collor se tornou insustentável. Diversas mobilizações e protestos contrários a Collor, já em andamento, tiveram seu ápice nos meses de agosto e setembro de 1992. No dia 16 de agosto, preocupado, o presidente **discursou** pedindo para que a população saísse e apoiasse a manutenção do governo dele, utilizando as cores da bandeira do Brasil.

Contudo, em vez disso, as pessoas protestaram contra a permanência de Collor na presidência. No mesmo dia do discurso de Collor, 16 de agosto, registraram-se protestos em diversas cidades do país. Nelas, os milhares que protestaram, saíram às ruas com os **rostos pintados de preto, verde e amarelo** e deram a simbologia e o nome da mobilização: **Movimento Caras-Pintadas**.

Essas manifestações tiveram continuidade por todo o mês de setembro, até que, em 2 de outubro de 1992, Collor finalmente foi colocado frente à abertura de um processo de impeachment no Senado. Em dezembro do mesmo ano, Collor renunciou, na tentativa de evitar a cassação de seus direitos políticos. No entanto, o Senado decidiu seguir com o julgamento e o declarou inelegível por oito anos, por crime de responsabilidade, uma infração cometida por autoridades públicas.

O movimento dos caras-pintadas teve grande importância política e simbólica para o Brasil, pois ele representou a força da mobilização popular, especialmente da juventude, na defesa da consolidação da democracia e contra à corrupção.

Além das políticas econômicas, foi também na Nova República, em especial durante o governo Collor, que foram criadas leis importantes para o Brasil.

Algumas delas:

- Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Criado em 1990, estabeleceu direitos básicos aos consumidores e regulamentou relações de consumo.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Também de 1990, é a principal lei que assegura os direitos das crianças e adolescentes no Brasil.
- Lei do Sistema Único de Saúde (SUS) – Em 1990, foi a lei que regulamentou o SUS, garantindo o acesso universal e integral à Saúde.

- Lei Rouanet – Sancionada em 1991, instituiu mecanismos para o incentivo à produção e ao consumo de bens culturais, como espetáculos e exposições.

- Lei de Improbidade Administrativa – Promulgada em 1992, estabeleceu normas para combater a corrupção e a má conduta de agentes públicos.

Governo Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso

Itamar Franco assumiu a presidência após o impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, em um contexto de forte crise política. Esse cenário exigiu de Itamar grande habilidade para restabelecer a estabilidade política e a confiança da sociedade nas instituições democráticas.

Itamar adotou um modelo de governo conciliador, buscou dialogar com diferentes partidos e compor um governo de unidade nacional, o que ajudou a reduzir as tensões após o período turbulento que levou à queda de Collor. Essa postura foi fundamental para garantir a governabilidade e preservar a jovem democracia brasileira.

Na área econômica, Itamar enfrentou o grande desafio da **hiperinflação**, que corroía o poder de compra da população. Sua principal medida foi a criação do **Plano Real (1994)**, elaborado por sua equipe econômica liderada por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda. O plano introduziu uma nova moeda, o **Real**, e estabeleceu mecanismos de controle da inflação. Foi um marco na história econômica do país, garantindo estabilidade monetária e abrindo caminho para um novo ciclo de desenvolvimento.

No campo social, o governo de Itamar buscou fortalecer políticas públicas voltadas à redução das desigualdades. Houve avanços em programas de combate à fome e à pobreza, bem como investimentos em áreas como educação e saúde, ainda que de forma limitada, devido à prioridade dada ao controle da inflação.

O governo de Itamar Franco foi sucedido por Fernando Henrique Cardoso, que marcou um dos períodos mais importantes da **Nova República**, especialmente pela consolidação da estabilidade econômica alcançada com o **Plano Real**.

No campo político, seu governo aprovou uma emenda constitucional que permitiu a reeleição para cargos executivos, fazendo seu governo se estender por dois mandatos (1995 – 2002). Essa articulação só foi possível a partir das alianças construídas no seu governo, que garantiram governabilidade.

Na economia, a manutenção do Plano real, conseguiu controlar a hiperinflação e trazer estabilidade monetária. Além disso, FHC promoveu uma política de **privatizações**, vendendo empresas estatais em setores como telecomunicações, energia e mineração, com o objetivo de reduzir gastos públicos e atrair investimentos. Sua gestão também buscou alinhar o Brasil às práticas do mercado internacional, adotando políticas de abertura econômica e incentivo

à globalização. No entanto, essas políticas enfrentaram fortes críticas da população e de setores políticos, principalmente pelo aumento da dívida pública e pela dependência de empréstimos internacionais. Essas políticas contribuíram para acentuar ainda mais as desigualdades sociais. FHC criou alguns programas de combate à pobreza, que serviu de base para políticas nos governos posteriores. Entre eles, destacam-se o **Bolsa Escola**, o **Bolsa Alimentação** e o **Auxílio Gás**, que mais tarde seriam unificados no Bolsa Família. Na educação, implementou o **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef)**, que ampliou o financiamento da educação básica e contribuiu para o aumento da escolarização no país.

O governo de Fernando Henrique marcou um período importante de estabilidade política e econômica. Sua gestão foi fundamental para a consolidação da democracia. Porém, houve também um aprofundamento das desigualdades e o aumento da dívida, esses pontos tornaram-se temas centrais dos governos posteriores.

Governo Lula e Dilma

O primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) marcou uma nova fase na política brasileira, caracterizada pelo equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e responsabilidade fiscal. No campo econômico, Lula manteve a estabilidade herdada do governo anterior, preservando o tripé macroeconômico baseado no câmbio flutuante, no superávit primário e no controle da inflação por meio da taxa de juros. Essa postura transmitiu confiança ao mercado e atraiu investimentos. Ao mesmo tempo, o governo apostou em políticas de desenvolvimento, como o fortalecimento da agricultura familiar, o incentivo às exportações e o programa de aceleração da infraestrutura.

Na área social, as políticas de combate à pobreza e à fome ganharam destaque. O **Bolsa Família**, criado em 2003, unificou programas de transferência de renda já existentes, garantindo auxílio financeiro a famílias de baixa renda, desde que cumprissem compromissos como manter os filhos na escola e com a vacinação em dia. Outro destaque foi o **Fome Zero**, iniciativa voltada a enfrentar a insegurança alimentar, além de programas de valorização do salário mínimo, que aumentaram o poder de compra das camadas mais pobres.

Lula adotou políticas na educação, como o **ProUNI (Programa Universidade para Todos)** e a ampliação do **FIES (Fundo de Financiamento Estudantil)**, aumentou o acesso da população mais pobre ao ensino superior. Na saúde com a ampliação do SUS e o acesso a medicamentos, o que resultou em avanços significativos onde milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza. Muitas dessas políticas só foram possíveis a partir do perfil político conciliador, com alianças com diversos partidos de centro. Assim, o primeiro governo Lula consolidou a imagem do Brasil como um país em processo de crescimento econômico com maior justiça social. Porém, seu governo também foi palco em um dos maiores escândalos de corrupção, o **Mensalão**.

O esquema consistia no pagamento regular de mesadas a parlamentares de diferentes partidos em troca de apoio político no Congresso Nacional. O escândalo gerou uma forte crise política, abalou a imagem do governo e colocou em xeque a confiança da população dos representantes eleitos.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o caso condenando dirigentes políticos, empresários e figuras importantes do PT. Esse julgamento marcou a história política e jurídica do país por ser um dos primeiros a responsabilizar e punir autoridades de alto escalão por corrupção. Mesmo com o escândalo envolvendo seu governo, o presidente Lula conseguiu se manter no cargo e foi reeleito em 2006 e elegeu a sua candidata Dilma Rousseff.

Primeira mulher a ser eleita presidenta da República do Brasil, governo de Dilma Rousseff representou continuidade do projeto político de Lula. Se primeiro mandato iniciou em 2011 com a promessa de manter os avanços sociais e econômicos obtidos nos anos anteriores, mas enfrentou um cenário mais instável, tanto interno quanto externo.

No campo econômico, Dilma deu continuidade ao **Programa Bolsa Família** e ao **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Além disso, lançou programas de destaque, como o **Minha Casa Minha Vida**, voltado para habitação popular, e o **Ciência sem Fronteiras**, que ofereceu bolsas de estudo no exterior para estudantes brasileiros. Outro ponto importante foi o **Programa Mais Médicos**, criado em 2013, para ampliar o atendimento à saúde em regiões carentes, muitas vezes com a participação de médicos estrangeiros.

Apesar desses avanços, a economia começou a apresentar sinais de enfraquecimento a partir de 2012, agravados pela crise internacional e por dificuldades estruturais do país. A partir de 2014, o Brasil entrou em uma profunda recessão econômica, com queda do PIB, aumento do desemprego e inflação em alta.

Em 2013, grandes **manifestações populares** tomaram as ruas do país, inicialmente contra o aumento das tarifas de transporte, mas que rapidamente se ampliaram para críticas à corrupção, aos serviços públicos precários e aos altos gastos com a Copa do Mundo e a Operação Lava Jato revelou um amplo esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, partidos políticos e grandes empreiteiras. Embora Dilma não tenha sido acusada diretamente de envolvimento, sua imagem e a de seu governo foram profundamente atingidas pelas denúncias. Essas manifestações revelaram um clima de insatisfação que se intensificou nos anos seguintes.

Reeleita em 2014, em uma disputa acirrada, Dilma enfrentou um Congresso hostil e crescentes pressões políticas. Em 2016, após acusações de crime de responsabilidade por manobras fiscais conhecidas como "**pedaladas fiscais**", ela sofreu um processo de **impeachment**, sendo afastada do cargo. Seu vice, Michel Temer, assumiu a Presidência.

Mesmo garantida pela Constituição de 1988, a nossa democracia ainda é muito frágil e enfrenta muitos desafios. O **impeachment de Dilma Rousseff**, em 2016, mostrou bem essa fragilidade. Embora o processo esteja previsto em lei, muitos especialistas e parte da sociedade questionaram se realmente havia crime de responsabilidade ou se tudo foi resultado de disputas políticas e de interesses no Congresso. Esse episódio revelou que, no Brasil, a estabilidade de um governo pode depender mais de acordos políticos do que do respeito total às regras democráticas e à vontade do povo expressa nas eleições. Além disso, aumentou a desconfiança nas instituições e aprofundou a divisão na sociedade.

Polarização Política

Com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão de seu vice, Michel Temer, à Presidência, a polarização política no Brasil se intensificou de forma significativa. O embate entre as ideologias de esquerda e direita ganhou força e levou milhares de pessoas às ruas para defender seus projetos. As eleições de 2018 representaram o auge dessa disputa, com a candidatura de Jair Messias Bolsonaro e de Fernando Haddad, apoiado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Marcado por escândalos e pela disseminação de fake news, esse processo eleitoral evidenciou o papel central das redes sociais e da internet na formação de opiniões e no resultado das urnas, isso revelou um novo contexto político da sociedade brasileira, com a inserção das tecnologias e o uso das redes sociais por diferentes públicos.

O pleito de 2018 foi vencido por Jair Bolsonaro, que teve um governo marcado por forte polarização política e por debates intensos sobre os rumos do país.

Na economia, seu governo retomou à agenda liberal dos governos de Collor e FHC, com foco em privatizações, reformas e redução do papel do Estado, sob a liderança do ministro da Economia, Paulo Guedes. A reforma da Previdência (2019) foi a principal medida aprovada nesse campo.

No campo social e político, o governo enfrentou muitas críticas pela condução da **pandemia da Covid-19**. As divergências em relação à vacinação, ao uso de máscaras, o incentivo do uso de medicações sem a devida comprovação científica e às medidas de isolamento geraram forte repercussão no Brasil e no exterior.

Texto elaborado para fins didáticos. NURED.

Fontes: <http://cadpromuspp.each.webhostusp.sti.usp.br/V3n3/pdf/301.pdf>

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/06/mensalao-20-abalou-primeiro-governo-de-lula-e-levou-a-julgamento-historico-no-stf-entenda.shtml>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil>
<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/fernando-henrique-cardoso.htm>

<https://www.politize.com.br/movimento-caras-pintadas/>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Collor#:~:text=Dentre%20as%20principais%20leis%20sancionadas,-de%20Improbidade%20Administrativa%20\(1992\).](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Collor#:~:text=Dentre%20as%20principais%20leis%20sancionadas,-de%20Improbidade%20Administrativa%20(1992).)

<https://dex.descomplica.com.br/enem/historia/enem-extensivo-a-nova-republica/explicacao/1>

<https://pt.ird.fr/que-efeito-teve-gestao-do-presidente-bolsonaro-na-mortalidade-por-covid-19-no-brasil>

<https://abre.ai/nzwy>



ATIVIDADES

3. Quais foram os principais desafios políticos enfrentados por Itamar Franco ao assumir a presidência em 1992, e de que forma ele buscou superá-los?

4. Explique qual era o contexto político, quando José Sarney chega à presidência.

5. Analise a importância do movimento dos Caras-pintadas para o fortalecimento da democracia no país.

6. Quais foram as principais medidas econômicas adotadas por Fernando Collor de Mello e como elas afetaram a população brasileira?

Leia o texto e responda as duas questões a seguir.

7. (UFRN) Voltei nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais (...) Quis criar a liberdade nacional na potencialização de nossas riquezas através da Petrobrás; mal ela começa a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Carta-testamento do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954.

DEL PRIORE, Mary et L. "Documentos de história do Brasil: de Cabra aos anos 90". São Paulo: Scipione, 1997. P. 98-99.

O Estado começou a ser transformado para torna-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. (...) Fui escolhido pelo povo (...) para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o país na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

Discurso de posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2 de janeiro de 1999.

CARDOSO, F. H. Por um Brasil solidário. "O Estado de São Paulo", 2 jan. 1999.

Os pronunciamentos de Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso foram proferidos em momentos históricos diferentes. Contudo, os dois governantes têm em comum o fato de

(A) sentirem-se pressionados pelas forças democráticas que adotara um modelo político capaz de assegurar a estabilidade das instituições políticas.

(B) obterem o apoio em massa dos trabalhadores para a implementação de suas respectivas políticas estatais.

(C) sofrerem campanhas contrárias às suas ações políticas, lideradas por movimentos nacionais com o apoio clandestino de grupos internacionais.

(D) referirem-se ao apoio popular para legitimar suas ações, uma vez que chegaram ao poder através do voto direto.

(E) adotar a mesma política de privatizações de empresas estatais, que tem o apoio total da população.

8. A forma de atuação do Estado no Brasil apresentou diferenças significativas entre os governos de Getúlio Vargas e de Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma vez que

- (A) para o governo Vargas, ao Estado cabia explorar as riquezas nacionais, base para a construção de uma nação forte; já no de FHC, ao Estado cabe estimular os investimentos privados, que inserem o país na economia internacional.
- (B) para Vargas, o Estado tinha a função de organizar os trabalhadores em sindicatos internacionais; para FHC, o Estado situa-se acima das classes sociais, estando assim impossibilitado de intervir nas questões trabalhistas.
- (C) Vargas concebia um Estado capaz de promover a aliança entre a burguesia nacional e a burguesia internacional; FHC concebe um Estado independente em relação aos diferentes grupos econômicos.
- (D) Vargas estimulou a criação de empresas privadas com capital nacional em substituição às empresas públicas; FHC defende a privatização das empresas estatais como meio de manter a estabilidade da economia.
- (E) Vargas entendia o Estado como um meio de ligação para a exploração da iniciativa privada; FHC defendia a autonomia total do Estado.

9. (ENEM PPL 2018)



Disponível em: <http://une.org.br>. Acesso em: 30 jul. 2015 (adaptado).

Considerando o funcionamento do regime democrático, o episódio retratado na imagem está associado ao (à)

- (A) legalidade dos partidos políticos.
- (B) legitimidade da mobilização popular.
- (C) esgotamento do movimento sindical.
- (D) Valorização das políticas afirmativas.
- (E) emergência das organizações não governamentais.

10. (FAG 2019) Na década de 1990, durante seu mandato como ministro da fazenda e posteriormente president da República em dois pleitos consecutivos até 1º de Janeiro de 2023, Fernando Henrique Cardoso implantou uma política que buscava, além da estabilidade econômica, uma maior aproximação do Brasil com o comércio internacional. Para muitos analistas o alicerce dessa política foi edificado sobre as ideias do neoliberalismo.

Pode ser considerado como uma das estratégias dessa política no Brasil

- (A) a ampliação da participação do Estado no setor terciário.

- (B) a privatização de empresas estatais pelo governo.
- (C) o investimento maciço em infraestrutura de produção.
- (D) a recuperação salarial da classe trabalhadora.
- (E) o aumento do controle Estatal sobre a indústria nacional.

11. Quais foram os principais programas sociais implementados no governo Lula e de que forma eles contruíram para a redução da pobreza e das desigualdades no Brasil?

12. Uma das marcas do governo Lula foi a adoção de políticas externas, que eram voltadas para o (a)

- (A) exclusive aproximação com os Estados Unidos.
- (B) isolamento econômico em relação a países emergentes.
- (C) redução da participação brasileira em organismos internacionais.
- (D) fortalecimento das relações com a América Latina, África e países do BRICS.
- (E) parceria apenas com países europeus, priorizando o comércio com a União Europeia.

13. De que maneira o processo de impeachment de Dilma Rousseff contribuiu para aprofundar a polarização ideológica entre os defensores de projetos políticos de esquerda e direita no país?

14. Como as manifestações populares, os movimentos sociais e o uso das redes sociais durante o impeachment de Dilma reforçaram a polarização e influenciaram a vida política do Brasil depois de 2016?

CINE
PIPOCA



SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Democracia em Vertigem

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 12 anos.

Documentário sobre o processo de impeachment da ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, que foi considerado um dos reflexos da polarização política e da ascensão da extrema-direita para o poder. O filme conta com imagens internas e exclusivas dos bastidores do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e do Palácio da Alvorada, enquanto ocorria a votação para a queda de Dilma.



2. Real – o plano pro Trás da história

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 12 anos

1993. Arrogante e inflexível, Gustavo Franco é um crítico feroz da política econômica adotada pelo governo brasileiro nos últimos anos, que resultou em um cenário de hiperinflação. Opositor de políticas de cunho social, ele é adepto de um choque fiscal de forma que seja criada uma moeda forte, que devolva a dignidade aos cidadãos. Quando o presidente Itamar Franco nomeia Fernando Henrique Cardoso como o novo Ministro da Fazenda, Gustavo é convidado a integrar uma verdadeira força-tarefa, cujo objetivo é criar um novo plano econômico.

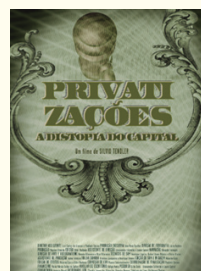


3. Privatizações: a distopia do capital.

SINOPSE:

Classificação: Livre

O documentário denuncia como, nos anos 1990, a política de privatizações enfraqueceu a soberania nacional ao transferir parte significativa do patrimônio público para o setor privado internacional. Critica a visão de que o Estado seria um entrave ao desenvolvimento, destacando seu papel histórico na industrialização. Mostra que o neoliberalismo não eliminou o Estado, mas o submeteu às exigências do mercado, transformando direitos sociais, como moradia, transporte, educação e saúde, em mercadorias que beneficiam o sistema financeiro.

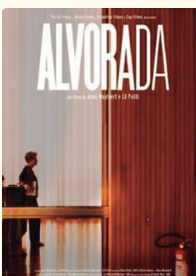


4. Alvorada

SINOPSE:

Classificação: Livre

O documentário mostra o cotidiano da presidente Dilma Rousseff, primeira e única mulher a governar o Brasil, durante o desenrolar dramático do impeachment. Rodado entre julho e setembro de 2016, o documentário testemunha a tensão e a perplexidade que imperavam no círculo da presidente, em reuniões, telefonemas intermináveis e sussurros ouvidos do Palácio do Planalto. Ao mesmo tempo, revela uma personalidade surpreendente nas conversas informais em que Dilma fala de política, história, literatura – e de si própria.



5. Apocalipse nos Trópicos

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

A cineasta Petra Costa mergulha na interseção alarmante entre religião e política no Brasil. O documentário revela como o movimento evangélico, com sua ideologia apocalíptica, desempenhou um papel crucial na ascensão de Jair Bolsonaro à presidência e levanta questões sobre a ameaça de uma teocracia nacional. O filme oferece uma visão inédita dos bastidores do poder, acompanhando figuras proeminentes como o presidente Lula, o ex-presidente Bolsonaro e o influente televangelista Silas Malafaia. A cineasta expõe a crescente influência dos líderes religiosos na política brasileira e revela como sua visão do fim dos tempos molda suas estratégias e decisões.



Colaboração

Prof.º Andrews William
CEPI – Quilombola Jardim Cascata.

Leia o texto.

Texto III

Movimentos Sociais Contemporâneos e os Desafios para a Efetivação dos Direitos Humanos na Atualidade

Os movimentos sociais contemporâneos são expressões da sociedade civil que surgem para combater desigualdades estruturais, reivindicando direitos e necessidades em diversas esferas sociais, como a luta contra o racismo, pela igualdade de gênero, a proteção ambiental, o acesso universal à educação e saúde, buscando, assim, a promoção da equidade social e a garantia da dignidade humana.

O desenvolvimento nas normas de proteção aos direitos humanos, impulsionados por movimentos sociais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e tratados internacionais, enfrentam desafios significativos para sua aplicação efetiva. Fatores como disparidades de poder econômico, a fragilidade democrática em certos países, a existência de regimes autoritários e a disseminação de desinformação pelas redes sociais criam barreiras para a consolidação de uma cultura global de respeito universal aos direitos humanos.

Nos conflitos que afligem o mundo atualmente – como guerras no Oriente Médio, a invasão da Ucrânia, tensões étnicas e religiosas na África, e a crise humanitária de refugiados – os direitos humanos tornam-se ainda mais necessário. Populações civis sofrem com deslocamentos forçados, violência de Estado, perseguições políticas e violações sistemáticas da dignidade humana. Além disso, questões ambientais e mudanças climáticas também geram novos cenários de conflito, atingindo de forma desproporcional comunidades pobres e vulneráveis.

Nesse contexto, os movimentos sociais desempenham um papel central ao denunciar injustiças, pressionar por políticas públicas e buscar reconhecimento para grupos invisibilizados. As lutas feministas, antirracistas, indígenas, LGBTQIA+ e ambientais são expressões contemporâneas de resistência e construção de alternativas para uma sociedade mais justa.

O desafio atual é transformar tais mobilizações em conquistas concretas, capazes de influenciar estruturas de poder e efetivar os direitos humanos em escala global. Isso exige diálogo entre sociedade civil, instituições estatais e organismos internacionais, além do fortalecimento da solidariedade transnacional entre diferentes lutas. O desafio atual é transformar tais mobilizações em conquistas concretas, capazes de influenciar estruturas de poder e efetivar os direitos humanos em escala global. Isso exige diálogo entre sociedade civil, instituições esta-

tais e organismos internacionais, além do fortalecimento da solidariedade transnacional entre diferentes lutas.

Desta forma, os movimentos sociais contemporâneos além de denunciarem as violações em curso, também oferecem caminhos para repensar a democracia, o desenvolvimento e a própria noção de humanidade frente aos conflitos que marcam nosso tempo.

Desafios para efetivação dos Direitos Humanos na atualidade

Mesmo com tratados internacionais e legislações nacionais, a implementação dos direitos humanos enfrenta obstáculos como:

- **Governos autoritários e populistas**, que restringem liberdades civis e criminalizam movimentos sociais.
- **Desigualdade social e econômica**, que gera exclusão de milhões de pessoas do acesso a saúde, educação, trabalho e moradia.
- **Desinformação e discursos de ódio**, intensificados pelas redes sociais.
- **Discriminações persistentes** (raciais, de gênero, religiosas, culturais e de orientação sexual).
- **Crise ambiental**, que ameaça sobretudo comunidades vulneráveis.

Diversos conflitos que afligem o mundo atualmente, mostra como os direitos humanos são postos em risco diante de guerras e crises.

• **Guerras no Oriente Médio** (como o conflito Israel-Palestina e a guerra civil na Síria), com altos números de mortos e refugiados.

Os conflitos nessa região destaca-se Israel X Palestina. O conflito entre Israel e Palestina é um dos mais longos e complexos do mundo, com raízes históricas, religiosas e territoriais. Ao longo das décadas, o conflito envolveu disputas por territórios, principalmente Gaza e a Cisjordânia, além de Jerusalém, cidade sagrada para judeus, cristãos e muçulmanos. Israel e grupos palestinos, como o Hamas, protagonizam ciclos de violência, ataques militares e atentados, enquanto negociações de paz frequentemente fracassam. Apesar de iniciativas de mediação e acordos temporários, ainda não há uma solução definitiva, tornando a região marcada por insegurança, desigualdade e sofrimento para civis de ambos os lados.

• **Guerra da Rússia e Ucrânia**, que trouxe milhões de deslocados e denúncias de crimes de guerra.

Esse conflito mostra como as tensões geopolíticas, principalmente as construídas a partir da Guerra Fria, geram consequências profundas para a população civil e para estabilidade global. A guerra entre Rússia e Ucrânia começou em fevereiro de 2022, quando a Rússia lançou uma invasão em grande escala contra o território ucraniano. O conflito tem raízes históricas, políticas e estratégicas: a Rússia considera a Ucrânia parte de sua esfera de influência e se opõe à aproximação do país com a União Europeia e a OTAN. Para a Ucrânia, a guerra é uma luta pela soberania, independência e integridade territorial.

O conflito provocou milhares de mortes, destruição de cidades e uma enorme crise humanitária. Milhões de ucranianos foram forçados a deixar suas casas, gerando uma das maiores ondas de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. A guerra também afetou a economia global, com impactos nos preços de energia, alimentos e comércio internacional.

• **Crises migratórias e de refugiados** na África, na Ásia e na América Latina, impulsionadas por violência, fome e colapso econômico.

A África, Ásia e América Latina, enfrentam deslocamentos em massa por diferentes fatores. Na África, guerras civis e conflitos étnicos forçam milhões de pessoas a se refugiar em outros países. Na Ásia, crises como a situação em Mianmar e Afeganistão geram grande número de refugiados. Na América Latina, a instabilidade política e econômica, especialmente na Venezuela, provoca um fluxo contínuo de migrantes para países vizinhos.

Essas crises representam desafios humanitários enormes, pois os países que os recebem muitas vezes enfrentam dificuldades para atender a todos, o que evidencia a importância de políticas internacionais coordenadas e do respeito aos **direitos humanos**, garantindo dignidade e segurança para todos.

Texto Elaborado para fins didáticos.

Fontes: <https://ukraine.ohchr.org/en/Report-on-the-Human-Rights-Situation-in-Ukraine-1-December-2024-31-May-2025>
<https://www.unicef.org/brazil/seis-graves-violacoes-contras-criancas-e-adolescentes-em-tempos-de-guerra>
https://en.wikipedia.org/wiki/Boycott,_Divestment_and_Sanctions
<https://www.unidospelosdireitoshumanos.org.br/voices-for-human-rights/human-rights-organizations/non-governmental.html>



ATIVIDADES

15. A guerra da Ucrânia, iniciada em 2022 após a invasão russa, tem provocado uma crise humanitária de grandes proporções. Milhões de civis foram deslocados internamente ou buscaram refúgio em países vizinhos. Apesar de tratados internacionais como a Convenção de Genebra, relatos de ataques a áreas civis, estupros de guerra e uso de armas proibidas desafiam a efetivação dos direitos humanos.

O cenário descrito evidencia que um dos maiores obstáculos para a efetivação dos direitos humanos em conflitos armados contemporâneos, que é a

- (A) capacidade limitada das potências militares em aplicar sanções econômicas contra agressores.
- (B) falta de tratados internacionais que normatizem as guerras modernas e os direitos dos civis.
- (C) prevalência de interesses geopolíticos e estratégicos sobre a proteção da dignidade humana.
- (D) inexistência de movimentos sociais capazes de denunciar violações em territórios de guerra.
- (E) redução das redes de informação global devido à censura de meios de comunicação.

16. No conflito Israel-Palestina, civis em Gaza enfrentam bloqueios, escassez e impactos militares. Diversos movimentos pressionam por sanções contra Israel, mas aliados do país bloqueiam resoluções na ONU, evidenciando limites do sistema multilateral.

O exemplo mostra que a efetivação dos direitos humanos no conflito Israel-Palestina enfrenta obstáculos sobretudo em razão

- (A) da ONU não possui nenhum mecanismo jurídico para lidar com violações em territórios ocupados.
- (B) da proteção de populações vulneráveis é inviabilizada pela ausência de movimentos locais de resistência.
- (C) da atuação de organismos internacionais está condicionada a interesses políticos e diplomáticos das potências.
- (D) dos tratados de direitos humanos estabelecem prioridade para a soberania nacional sobre a dignidade humana.
- (E) da comunidade internacional não reconhece formalmente a existência do povo palestino.

17. Em conflitos armados, além de massacres, ocorrem crimes como violência sexual, destruição de infraestrutura e restrição a recursos básicos. Apesar da existência do Tribunal Penal Internacional (TPI), sua atuação é frequentemente questionada por não conseguir responsabilizar líderes de grandes potências ou de países apoiados por elas.

A dificuldade enfrentada pelo TPI para julgar crimes de guerra cometidos em conflitos como os da Ucrânia e da Palestina se evidencia na

- (A) supremacia da justiça internacional sobre interesses nacionais em contextos de guerra.
- (B) dependência da adesão voluntária dos Estados ao sistema jurídico internacional.
- (C) eficácia dos mecanismos punitivos em garantir a universalidade dos direitos humanos.
- (D) prioridade da Corte Internacional de Justiça em relação ao Tribunal Penal Internacional.
- (E) independência plena do TPI diante das potências que integram o Conselho de Segurança da ONU.

18. As redes sociais desempenham um papel central nos conflitos contemporâneos. Na guerra da Ucrânia e no conflito Israel-Palestina, imagens de ataques a civis e campanhas de solidariedade viralizam rapidamente, mobilizando a opinião pública internacional. Entretanto, também circulam desinformações e discursos de ódio que reforçam preconceitos, dividem narrativas e dificultam a construção de consensos para a paz.

O fenômeno descrito revela que as redes sociais, no contexto da efetivação dos direitos humanos, funcionam como

- (A) meios exclusivos de manipulação, responsáveis pelo enfraquecimento dos movimentos sociais.
- (B) instrumentos neutros, incapazes de influenciar a percepção da comunidade internacional.
- (C) mecanismos ambivalentes, que tanto fortalecem denúncias de violações quanto ampliam conflitos narrativos.
- (D) veículos de propaganda oficial dos Estados, substituindo integralmente a diplomacia internacional.
- (E) ferramentas de comunicação restritas às potências militares, impedindo acesso por civis.

19. Em guerras como as da Ucrânia e da Palestina, violações como bombardeios a civis e deslocamentos forçados desafiam a dignidade humana, e a reação seletiva da comunidade internacional compromete a efetivação e a credibilidade dos direitos humanos.

Esse quadro demonstra que a maior fragilidade na efetivação dos direitos humanos na atualidade está relacionada a

- (A) ausência de marcos normativos que reconheçam os civis como sujeitos de proteção.
- (B) limitações de ordem política e seletividade das potências na aplicação das normas internacionais.
- (C) falta de adesão dos países em desenvolvimento às convenções sobre direitos humanos.
- (D) exclusividade do Conselho de Segurança da ONU como fórum de julgamento de crimes de guerra.
- (E) inexistência de movimentos sociais atuando em zonas de conflito

CINE
PIPOCA



SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM DO PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Syriana

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

Há 21 anos Robert Baer trabalha para a CIA investigando terroristas ao redor do planeta. À medida que os atos terroristas se tornam mais constantes, Robert nota que a ação da CIA passa a ser deixada de lado de forma a favorecer a politicagem. Com isso vários sinais de ataque foram ignorados, devido à falta de tato dos políticos para lidar com terroristas.



2. As Nadadoras

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

O filme apresenta a história real das irmãs nadadoras Yusra e Saraardini e suas jornadas quase milagrosas, de refugiadas de uma Síria devastada pela guerra até as Olimpíadas do Rio de 2016. Yusra e Sara, treinadas pelo pai, sonham em superar os limites impostos pelo país. Yusra já é campeã mundial, mas a guerra civil em seu país força as irmãs, junto com o primo Nizar, a uma perigosa jornada até Berlim. No caminho, enfrentam os horrores vividos por refugiados e exilados, incluindo a travessia até a ilha de Lesbos, na Grécia.



3. FAUDA

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 15 anos.

Faуда acompanha a história de ambos os lados do conflito Israel-Palestina. Doron, comandante das Forças Especiais de Israel, e sua equipe estão dentro dos territórios palestinos à procura do combatente do Hamas, Abu-Ahmed. Enquanto isso, Ahmed tenta escapar com sua família, lutando eternamente contra o Estado de Israel.



Leia o texto

Texto IV

Desigualdade racial no Brasil: uma realidade atual

Você sabia que, segundo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, de 2015, a renda média das pessoas pretas e pardas (que configuram a população negra do país) equivale a apenas 59,2% da renda média das pessoas brancas? E, além disso, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o risco de um negro ser vítima de homicídio, é 2,7 vezes maior do que um branco.

Esses números evidenciam a dura realidade brasileira: determinados grupos étnico-raciais ainda enfrentam discriminação e grandes obstáculos para conquistar igualdade de oportunidades e plena inserção na sociedade. Essa exclusão social é fruto de uma construção histórica baseada na escravização e marginalização desses grupos, que por muito tempo não tiveram acesso a direitos básicos.

As origens históricas da desigualdade racial.

Para compreender a desigualdade racial no Brasil, é preciso considerar seu contexto histórico. Durante todo o período colonial brasileiro (1500 – 1822), a **escravidão** se fez presente como a base de sustentação do sistema econômico e social da época. A mão de obra escrava era composta por indígenas e negros, que eram explorados e submetidos a condições desumanas de vida por ordem dos colonizadores.

A maioria dos colonizadores, vindos de Portugal e da Espanha, acreditava que os povos indígenas e africanos eram inferiores e que precisavam ser “educados” de acordo com os costumes europeus. No Brasil, a primeira forma de exploração aconteceu com os povos indígenas, que já viviam aqui quando os colonizadores chegaram.

A escravização negra se deu em um segundo momento, quando os africanos, que também sofriam com a colonização em seu continente, foram traficados e enviados em navios para o continente americano. Estima-se que ao longo desses três séculos, cerca de 4 milhões de africanos foram enviados ao Brasil para serem escravizados.

Em 1822, o Brasil conquistou sua independência, mas ainda assim, a escravidão continuou legitimada pelo Estado. Os indígenas por sua vez, por meio do estabelecimento do Diretório dos Índigenas de 1757, adquiriram certas liberdades com contrapartidas, como ter que seguir o modelo cultural de vida dos colonizadores.

A abolição da escravidão no Brasil aconteceu de forma lenta e gradual, por meio de leis aprovadas ao longo do tempo, até chegar à Lei Áurea, em 1888, que pôs fim definitivo à escravidão no país. Porém, apesar da “liberdade” formal, não lhes foi garantido diversos direitos fundamentais e não os reconhecia como cidadãos. Assim, a abolição não resultou na inserção da população negra na sociedade, que permaneceram sofrendo com a discriminação e os preconceitos sociais, fundamentados no racismo.

A evolução dos direitos antidiscriminatório e a promulgação da Constituição de 1988

Como resultado da pressão dos movimentos e mobilizações, em 1951 foi promulgada a Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390/1951), que determinou o racismo como contravenção penal, isto é, uma infração penal de menor gravidade. Foi a primeira lei na legislação a condenar práticas discriminatórias em razão de raça, como negar emprego, impedir entrada em estabelecimento e recusar hospedagem em hotel, prevendo multa e até um ano de prisão.

Contudo, alguns anos depois com a ditadura militar (1964-1985), que foi marcada pela retirada de diversos direitos sociais, principalmente em relação às liberdades individuais e coletivas, tanto a população negra quando a indígena sofreram o aprofundamento das desigualdades socio racial no Brasil. O movimento negro, por exemplo, foi desmobilizado e desarticulado, vivendo numa espécie de semiclandestinidade, em que a discussão pública sobre questões raciais foi quase banida.

Assim, apenas com a redemocratização em 1985, que resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988, que os direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho, segurança, igualdade e justiça passaram a ser garantidos a todos, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor e idade.

Além disso, o documento é o primeiro na história a reconhecer aos indígenas o direito de manter a sua própria cultura e, em seu art. 5º, determina que o racismo é um crime inafiançável e imprescritível. Porém, ainda com

muitos avanços, o Brasil registra a difícil marca de ser um dos países mais desiguais para a população negra.

A realidade atual da desigualdade racial

As conquistas por direitos que visam proteger os grupos étnico-raciais vulnerabilizados no país, apesar de representarem um grande avanço, são recentes e insuficientes para eliminar a desigualdade racial no Brasil. Todo o contexto histórico, produziu efeitos que são sentidos até os dias de hoje e evidenciam a vulnerabilidade socioeconômica desses grupos.

Olhando para a população negra (pretos e pardos), temos que ela compõe 75% das pessoas que vivem em situação de pobreza no país, mesmo sendo a maior parcela da população nacional (54,9%), segundo o IBGE. As mulheres negras, por exemplo, recebem em média menos da metade do salário de um homem branco, mesmo exercendo funções similares ou iguais. E, ainda de acordo com o IBGE, entre os 10% da população com os maiores rendimentos, apenas 27,7% são pretos ou pardos, sendo que estes também correspondem a 64% dos desempregados no Brasil.

Além de tudo, a desigualdade racial não é exclusiva aos aspectos econômicos e financeiros, mas também possui efeitos em áreas como saúde e segurança. De acordo com o anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2019, 66,6% das mulheres que sofreram violência doméstica e sexual eram negras.

No aspecto da saúde, a desigualdade racial no Brasil se inicia ainda no útero. Dados de 2019 do Ministério da Saúde, indica que, 2 em cada 3 mortes maternas são de mulheres negras e a mortalidade no primeiro ano de vida é de 22,5% maior entre a população negra.

A pandemia da COVID-19 acentuou ainda mais essas desigualdades no país. Segundo os dados do Ministério de Saúde, o vírus apresentou maior letalidade entre a população negra brasileira.

Importante ressaltar que a desigualdade racial não afeta apenas a população negra, mas também os indígenas e quilombolas no país. Estes, por exemplo, devido às distâncias e à dispersão dos seus povos, encontram dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Negros, indígenas e quilombolas, viveram e ainda vivem situações de vulnerabilidade em diferentes áreas da sociedade brasileira.

Como diz o grupo de rap brasileiro Racionais MC's: "500 anos de Brasil e o Brasil aqui nada mudou". É claro que retirando a licença poética da frase, vimos que muitos direitos foram previstos e avanços obtidos durante todo esse tempo, mas realmente algumas coisas ainda não mudaram, como as desvantagens e mazelas enfrentadas por determinados grupos étnico-raciais. Isso não é apenas fruto de um longo período de exploração e escravidão, mas também de um preconceito social que acaba efetivando a desigualdade.

Por isso, hoje não há como falarmos em democracia no Brasil sem que o racismo, a discriminação e

a igualdade não façam parte do debate público. Nós como cidadãos devemos ter consciência dessa realidade e solicitar ao Poder Público que políticas que visem combater a desigualdade racial sejam efetivadas. Além disso, individualmente podemos melhorar o nosso próprio comportamento, eliminando preconceitos e estereótipos que ainda se fazem presentes na sociedade de maneira estrutural.

Texto de Eduardo de Rê, Isabela Campos, Julia Reis, João Pedro e Leonardo Gabriel. Adaptado.

Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/desigualdade-racial-no-brasil/>. Acesso em: 21 set. 2025.



ATIVIDADES

20. Como o contexto histórico do período colonial, contribuiu para a formação das desigualdades raciais no Brasil atual?

21. Explique o porquê a liberdade conquistada a partir da abolição da escravidão, não significou igualdade social.

22. Analise a importância dos dados ao evidenciarem a desigualdade racial no Brasil hoje e de que forma eles refletem os efeitos do passado escravocrata.

23. Como a pandemia de COVID-19 impactou a população negra e o que esse dado revela sobre as desigualdades estruturais no país?

24. (ENEM 2017) Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.

OLIVEIRA, A. U. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In: ROSS, J. L. *S. Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.

O fato legal evidenciado no texto acentuou o processo de

- (A) reforma agrária.
- (B) expansão mercantil.
- (C) concentração fundiária.
- (D) desruralização da elite.
- (E) mecanização da produção.

25. (ENEM 2022) Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?

JESUS, C. M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

O texto, que guarda a grafia original da autora, expõe uma característica da sociedade brasileira, que é o(a):

- (A) Racismo estrutural.
- (B) Desemprego latente.
- (C) Concentração de renda.
- (D) Exclusão informacional.
- (E) Precariedade da educação.

26. Superar a história da escravidão como principal marca da trajetória do negro no país tem sido uma tônica daqueles que se dedicam a pesquisar as heranças de origem afro à cultura brasileira. A esse esforço de reconstrução da própria história do país, alia-se agora a criação da plataforma digital Ancestralidades. “A história do negro no Brasil vai continuar sendo contada, e cada passo que a gente dá para trás é um passo que a gente avança”, diz Márcio Black, idealizador da plataforma, sobre o estudo de figuras ainda encobertas pela perspectiva histórica imposta pelos colonizadores da América.

FIORATI, G. *Projeto joga luz sobre negros e revê perspectiva histórica*. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 10 nov. 2021 (adaptado).

Em relação ao conhecimento sobre a formação cultural brasileira, iniciativas como a descrita no texto favorecem o(a)

- (A) recuperação do tradicionalismo.
- (B) estímulo ao antropocentrismo.
- (C) reforço do etnocentrismo.
- (D) resgate do teocentrismo.
- (E) crítica ao eurocentrismo.

**CINE
PIPOCA**



SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. Medida Provisória

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

Em um futuro distópico, o governo brasileiro decreta uma medida provisória, em uma iniciativa de reparação pelo passado escravocrata. Essa medida obriga os cidadãos negros a migrarem para a África na intenção de retornar as suas origens. Sua aprovação afeta a vida do casal formado pela médica Capitu e pelo advogado Antônio, bem como seu primo, o jornalista André, que mora com eles. Juntos, os personagens debatem questões sociais e raciais e compartilham anseios e medos.



2. M-8 Quando a Morte Socorre a Vida

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

Maurício acabou de ingressar na renomada Universidade Federal de Medicina. Na sua primeira aula de anatomia ele conhece M8, o cadáver que servirá de estudos para ele e os amigos. Durante o semestre Maurício tenta descobrir a identidade do corpo, enquanto enfrenta seus próprios medos e angústias. Tudo piora quando ele descobre que todos os corpos estudados no laboratório da instituição são de pessoas negras.



3. Cores e Botas

SINOPSE:

Classificação: Livre

O curta metragem conta a história da pequena Joana, uma garota que, assim como muitas dos anos 80, sonha em se tornar uma paqueta da Xuxa. Sua família é bem-sucedida e apoia seu sonho, no entanto, Joana é afrodescendente e nunca houve uma paqueta negra. Por meio da narrativa, a obra apresenta ao público a importância da representatividade para crianças negras em um país com poucos personagens afrodescendentes.



4. Que Horas Ela Volta?

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 12 anos.

A Pernambucana Val se mudou para São Paulo a fim de dar melhores condições de vida para sua filha Jéssica. Com muito receio, ela deixou a menina no interior de Pernambuco para ser babá de Fabinho, morando integralmente na casa de seus patrões. Treze anos depois quando o menino vai prestar vestibular, Jéssica lhe telefona pedindo ajuda para ir à São Paulo, no intuito de prestar a mesma prova. Os chefes de Val recebem de “braços abertos”, mas quando ela deixa de seguir certos protocolos, a situação complica.



5. Doutor Gama

SINOPSE:

Classificação: Não recomendado para menores de 14 anos.

Doutor Gama é um filme biográfico sobre a vida do escritor, advogado, jornalista e abolicionista Luiz Gama, uma das figuras mais relevantes da história brasileira. Ele utilizou todo seu conhecimento sobre as leis e os tribunais para libertar mais de 500 escravos durante sua vida. Nascido de ventre livre, Gama foi vendido como escravo aos 10 anos para pagar dívidas de jogo de seu pai, um homem branco. Mesmo escravizado, ele conseguiu se alfabetizar, assim conquistou sua liberdade, se tornando um dos mais respeitados advogados de sua época.



Leia o texto

Texto V

Colonialismo e a Destruição do Vivo

Achille Mbembe filósofo e cientista político



Disponível em: <https://holbergprize.org/laureates/achille-mbembe/>

Você já parou para pensar quem são as pessoas, povos ou regiões que mais sofrem com guerras, destruição ambiental e crises sanitárias? Quem define quem deve carregar esse peso? Por que, quase sempre, os mais atingidos pelos desastres ambientais são as populações periféricas, os pobres, os negros e os povos indígenas? Será apenas uma coincidência geográfica? E, diante desse cenário, quem se beneficia? Quem lucra com a devastação da natureza, com a morte dos povos originários e com o sofrimento imposto às camadas mais vulneráveis da sociedade?

Essas questões estão no centro das reflexões feitas pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, um dos mais importantes pensadores contemporâneos sobre os efeitos do colonialismo e do atual modelo econômico global. Em sua obra, ele propõe o conceito de necropolítica, isto é, uma forma de política que decide quem pode viver e quem deve morrer, ou, de forma mais ampla, quais populações e territórios são condenados à vulnerabilidade, à exploração e ao abandono.

Colonialismo e destruição ambiental

Mbembe mostra que o colonialismo não foi apenas uma relação de dominação política, mas também uma forma de explorar e exaurir a Terra. O processo colonial estabeleceu as bases de um modelo de desenvolvimento que continua no presente: um capitalismo que se sustenta pela extração predatória dos recursos naturais e pela desigualdade na distribuição dos impactos dessa destruição.

Mbembe fala que a modernidade foi marcada por uma “guerra contra os vivos”, em que o avanço tecnológico, econômico e militar caminhou junto da devastação ambiental e da precarização de povos inteiros. Ele afirma: “Na sua versão noturna, a modernidade foi, do princípio ao fim, uma interminável guerra travada contra os vivos. Ela está longe de acabar.”

Quando pensamos nos incêndios florestais, nos resíduos tóxicos, no envenenamento do solo e da água, podemos perguntar: não estaríamos repetindo hoje a mesma lógica colonial de exploração, só que agora em escala planetária?

Mbembe alerta para o risco de a própria Terra se tornar uma “necrópole universal”. Por isso, propõe um

novo horizonte ético: o “direito universal à respiração”, um direito que não é apenas humano, mas de toda forma de vida. Afinal, como ele questiona: “Seremos capazes de redescobrir a nossa pertença à mesma espécie e o nosso inquebrável vínculo à totalidade do vivo?”

Essa pergunta é fundamental: como reconstruir formas de viver que não sejam baseadas na exploração até o esgotamento, mas na partilha e no cuidado com a vida?

Texto de Rafael Arcanjo. Professor da Rede Estadual de Goiás.

Fonte: <https://ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/arquivos-da-pandemia/20-abr-2020/o-direito-universal-a-respiracao> Acesso em: 10 set. 2025.



ATIVIDADES

27. Quem são, historicamente, os grupos sociais mais afetados pela destruição ambiental?

28. Essa vulnerabilidade pode ser vista apenas como uma coincidência geográfica?

29. De que maneira guerras, crises sanitárias e desastres ambientais revelam relações de poder que decidem quem sofre mais e quem se beneficia?

30. (UnB - 2024 - adaptada) Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar segregando as pessoas que devem morrer daqueles que devem viver. Dado que funciona com base numa divisão entre vivos e mortos, esse poder é definido em relação ao campo biológico, do qual assume o controle e em que você se inscreveu. Este controle pressupõe a distribuição da espécie humana em diferentes grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma ruptura biológica entre si. É o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo”.

O terror não está ligado à utópica crença no poder irrestrito da razão humana. Também está claramente relacionado com diferentes relatos de dominação e emancipação, que confiaram principalmente concepções de verdade e erro, do “real” e do simbólico, herdado do Iluminismo.

Achille Mbembe. *Necropolítica* (com adaptações)

Com base na obra **Necropolítica**, de Achille Mbembe e, no trecho precedente, dela extraído, julgue o item:

Em sua obra *Necropolítica*, Achille Mbembe

- (A) afirma que, nas últimas décadas, houve uma diminuição dos conflitos provocados por questões estruturais como machismo, homofobia e racismo.
- (B) expressa que é da sociedade civil organizada a responsabilidade de estabelecer os limites entre os direitos, a violência e a morte.
- (C) restringe sua análise à realidade europeia.
- (D) considera que a necropolítica está associada a políticas de extermínio, desumanização e invisibilidade de certos grupos da população.
- (E) defende os direitos humanos e a democracia.

CINE PIPOCA



SUGESTÕES DE FILMES PARA CONTEXTUALIZAÇÃO COM O PERÍODO ESTUDADO E PARA CONTRIBUIR COM O TEMA:

1. GUERRAS DO BRASIL.DOC (série) – Ep. 1: As guerras da conquista

SINOPSE

Classificação: Livre.

O episódio 1 de "Guerras do Brasil.doc", intitulado "As Guerras da Conquista", narra a invasão e colonização do território brasileiro, focando na brutal dominação, exploração e violência exercidas pelos portugueses e outros colonizadores contra os povos indígenas que habitavam o local. O documentário aborda a resistência indígena e a dizimação da população ao longo do processo colonizador, que continua até os dias atuais, na luta pela demarcação de terras.



2. Aílton Krenak: o Sonho da Pedra

SINOPSE

Classificação: Livre.

"Aílton Krenak: o Sonho da Pedra" é um documentário que explora o pensamento e a trajetória do líder indígena Aílton Krenak, traçando seu percurso como pensador e defensor dos povos indígenas e das culturas originais do Brasil. O filme apresenta imagens e depoimentos de Krenak em diferentes fases da sua vida, tanto no Brasil quanto no exterior, e aborda sua atuação como embaixador das culturas originárias.



ANOTAÇÕES



Revisa Goiás

Expediente

Governador do Estado de Goiás

Ronaldo Ramos Caiado

Vice-Governador do Estado de Goiás

Daniel Vilela

Secretária de Estado da Educação

Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira

Secretária-Adjunta

Helena Da Costa Bezerra

Diretora Pedagógica

Alessandra Oliveira de Almeida

Superintendente de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Fátima Garcia Santana Rossi

Superintendente de Ensino Médio

Osvany Da Costa Gundim Cardoso

Superintendente de Segurança Escolar e Colégio Militar

Cel Mauro Ferreira Vilela

Superintendente de Desporto Educacional, Arte e Educação

Elaine Machado Silveira

Superintendente de Atenção Especializada

Rupert Nickerson Sobrinho

Diretor Administrativo e Financeiro

Andros Roberto Barbosa

Superintendente de Gestão Administrativa

Leonardo de Lima Santos

Superintendente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Hudson Amarau de Oliveira

Superintendente de Infraestrutura

Gustavo de Moraes Veiga Jardim

Superintendente de Planejamento e Finanças

Taís Gomes Manvailer

Superintendente de Tecnologia

Bruno Marques Correia

Diretora de Política Educacional

Vanessa de Almeida Carvalho

Superintendente de Gestão Estratégica e Avaliação de Resultados

Márcia Maria de Carvalho Pereira

Superintendente do Programa Bolsa Educação

Márcio Roberto Ribeiro Capitelli

Superintendente de Apoio ao Desenvolvimento Curricular

Nayra Claudinne Guedes Menezes Colombo

Chefe do Núcleo de Recursos Didáticos

Evandro de Moura Rios

Coordenador de Recursos Didáticos para o Ensino Fundamental

Alexsander Costa Sampaio

Coordenadora de Recursos Didáticos para o Ensino Médio

Edinalva Soares de Carvalho Oliveira

Professores elaboradores de Língua Portuguesa

Bianca Felipe Ferreira

Edinalva Filha de Lima Ramos

Katiuscia Neves Almeida

Maria Aparecida Oliveira Paula

Norma Célia Junqueira de Amorim

Professores elaboradores de Matemática

Basíllrio Alves da Costa Neto

Tayssa Tieni Vieira de Souza

Thiago Felipe de Rezende Moura

Tyago Cavalcante Bilio

Professores elaboradores de Ciências da Natureza

Leonora Aparecida dos Santos

Sandra Márcia de Oliveira Silva

Sílvio Coelho da Silva

Professores elaboradores de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Eila da Rocha dos Santos

Geraldo Avelino Gomes Filho

Revisão

Cristiane Gonzaga Carneiro Silva

Diagramação

Adriani Grün